



Plenário pode votar bloqueio de bens ligados ao terrorismo

Também estão na pauta texto que proíbe a exclusão de empresas adimplentes do Refis e projeto que garante estabilidade provisória no emprego para mães ou pais adotantes

Jefferson Ruy/Agência Senado — 6/2/2019



Pauta pode ser trancada se forem lidas em Plenário a medida provisória que transfere imóveis do INSS para União e a que amplia o prazo de adesão ao Funpresp

O projeto que acelera bloqueio de bens relacionados ao terrorismo está na pauta de hoje do Plenário. Também podem ser analisados texto que proíbe a exclusão de empresas adimplentes do Programa de Recuperação Fiscal e propostas sobre a estabilidade de cinco meses no emprego para adotantes e sobre a proibição do casamento de menor de 16 anos. A lista de votações inclui ainda projeto sobre pessoas com deficiência e proposta que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes. A pauta, porém, pode ser trancada se forem lidas em Plenário duas MPs que vieram da Câmara. **3**



Senado aprova leis e pratica ações em favor das mulheres

O Senado tem aprovado projetos para tentar reduzir desigualdades históricas entre os gêneros no país e proteger a mulher da violência. Mas a alteração

das leis não é a única frente a favor da mulher. A Casa desenvolve uma série de ações institucionais para diminuir diferenças e ajudar vítimas de agressões. **4**



Pauta Feminina debate temas importantes que afetam a vida da mulher

Genaldo Magela/Agência Senado — 27/8/2018

MP que mudou estrutura do Executivo tem 541 emendas

A primeira MP do presidente Jair Bolsonaro, que muda a estrutura do Executivo, recebeu 541 emendas, a maioria da oposição. A comissão mista para analisar a MP foi criada, mas ainda não foi instalada. **2**

Sergio Moro e Damara Alves devem falar em colegiado

A Comissão de Direitos Humanos vota hoje requerimentos para audiências públicas e ciclos de debates. Os titulares da Justiça e dos Direitos Humanos devem ser ouvidos. **3**



Energia eólica é uma opção para reduzir emissão de gases de efeito estufa

Comissão avalia meta para energia renovável no país

A Comissão de Infraestrutura pode analisar hoje projeto que define a meta de participação de fontes renováveis na matriz energética para 2040. O relator, Lasier Martins, defende a aprovação de um substi-

tutivo, pois o texto original aumenta a participação das fontes renováveis para, no mínimo, 60% em 2040. Segundo ele, esse percentual excede a capacidade técnica e tecnológica do país e pode onerar a oferta interna. **3**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

MP que reorganiza estrutura do governo tem 541 emendas

Comissão de senadores e deputados que vai analisar a medida antes das votações nos Plenários da Câmara e do Senado foi criada, mas ainda não foi instalada. Maioria dos pedidos de alteração no texto é da oposição

A PRIMEIRA MEDIDA provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro já recebeu 541 emendas. A MP 870/2019 reorganiza a estrutura administrativa do Poder Executivo, com a fusão e a redução do número de ministérios.

O prazo para a apresentação de emendas à MP terminou no dia 11, mas a comissão mista encarregada de analisar a medida antes das votações nos Plenários da Câmara e do Senado ainda não foi instalada, apesar de já ter sido criada. Na primeira reunião do colegiado, serão definidos seus presidente, vice e relator.

Dezessete senadores, a maioria da oposição, apresentaram sugestões para mudar a medida. Jaques Wagner (PT-BA), por exemplo, questiona a transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Para ele, o órgão deveria permanecer com o Ministério do Meio Ambiente, fora da submissão ao agronegócio.

Wagner também quer alterar o artigo sobre a competência da Secretaria de Governo. A MP atribui à secretaria o dever de "supervisionar, coordenar,



A medida provisória extinguiu ministérios e fundiu órgãos do Executivo

monitorar e acompanhar as atividades dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional".

Para o senador, tal prática é inconstitucional e apresenta uma ameaça ao trabalho das ONGs. Segundo Wagner, o Planalto não poderia realizar atividade de inteligência e de investigação política nessas organizações.

Funai

Um ponto questionado por vários senadores é a transferência da Funai do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. E a competência de demarcar terras indígenas ficou a cargo do

Ministério da Agricultura.

Humberto Costa (PT-PE) é contra as duas iniciativas:

"Transferir as competências para identificação, demarcação e registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas ao Mapa é orientar-se pela visão de que terras de uso coletivo possam submeter-se à exploração econômica privada, sobrepondo-se ao interesse público", alega o senador.

Paulo Paim (PT-RS) pretende reativar o Ministério do Trabalho, que foi extinto e teve suas atribuições distribuídas entre as pastas de Economia, Cidadania e Justiça. Segundo o senador, a iniciativa do governo representa um retrocesso de 80 anos nos direitos dos brasileiros.

Rodrigues propõe fim do IPVA para motos de até 150 cilindradas

Chico Rodrigues (DEM-RR) anunciou projeto que trata do fim do IPVA para motocicletas de até 150 cilindradas. De acordo com o senador, a dificuldade de locomoção atrapalha o processo produtivo das regiões mais distantes.

— Nessas regiões, as motos são o principal veículo de locomoção e, dessa forma, de fundamental importância para a economia.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Rogério Carvalho pede que Senado não aprove medidas contra a vida

Rogério Carvalho (PT-SE) pediu ontem que o Senado não aprove medidas que atentem contra a vida, como a desregulamentação das licenças ambientais e o fim do Programa Mais Médicos. — Que esta Casa seja um lugar de todas as batalhas e todas as discussões com o objetivo de produzir civilidade. Temos que trazer para esta Casa um tema que está esquecido, que é a defesa da vida.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kátia Abreu defende descentralização dos recursos para a saúde

A melhoria na saúde pública também deve ser prioridade, defendeu Kátia Abreu (PDT-TO). Segundo a senadora, apesar de a reforma da Previdência e as medidas anticrime dominarem os debates, a crise na saúde continua prejudicando os cidadãos. Kátia Abreu também criticou a centralização dos recursos na União e a queda de repasses a estados e municípios.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ministros deverão apresentar metas para educação e cultura

Os ministros da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, e da Cidadania, Osmar Terra, deverão ser convocados a apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas pastas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A CE vota hoje, às 11h30, quatro requerimentos. Os dois que convocam os ministros foram apresentados

pelo presidente da CE, Dário Berger (MDB-SC).

Outro requerimento, de Leila Barros (PSB-DF), propõe a criação de uma subcomissão permanente sobre educação física e formação de categorias de base.

E Confúcio Moura (MDB-RO) requer audiência sobre a Política de Inovação da Educação Conectada.

Projeto restabelece tributação de bancos em 20% dos lucros

Aguarda recebimento de emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei que restaura o percentual de 20% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos a partir do ano que vem. Segundo o PL 602/2019, as instituições bancárias voltariam a ser tributadas nessa alíquota, como ocorria até 2018.

A CSLL é um tributo destinado, integralmente, ao financiamento da seguridade social, como a Previdência.

A proposta foi apresentada conjuntamente pelos seis senadores da bancada do PT: Humberto Costa (PE), Jean Paul Prates (RN), Jaques Wagner (BA), Paulo Paim (RS), Paulo Rocha (PA) e Rogério Carvalho (SE).

Eles defendem que os bancos aumentem aportes ao financiamento do Estado, de acordo com sua capacidade contributiva, e que essa mudança preceda o debate no Congresso sobre a reforma da Previdência.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAE BC e CVM

10h Análise das indicações para presidência e duas diretorias do Banco Central e diretoria da Comissão de Valores Mobiliários.

CDH Pauta de trabalho

11h Leitura de requerimentos e, em seguida, elaboração da pauta de trabalho da comissão.

CI Fontes renováveis

11h Análise de meta de participação de fontes renováveis na matriz energética.

CE Subcomissão de Esporte

11h30 Análise de pedido para criar Subcomissão de Esporte e Educação Física.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Análise do PL 703/2019, que bloqueia bens relacionados ao terrorismo.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Bloqueio de bem relacionado ao terrorismo está na pauta

Plenário também pode votar hoje projetos sobre proibição de excluir empresas adimplentes do Refis, estabilidade provisória no emprego para adotantes e proibição de casamento para menores de 16 anos

O PLENÁRIO PODE votar hoje projeto que acelera bloqueio de bens relacionados ao terrorismo. Outros textos na pauta tratam da proibição de excluir empresas adimplentes do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), estabilidade no emprego para adotantes e da proibição do casamento para menores de 16 anos.

Aprovado pela Câmara dos Deputados na última semana, o PL 703/2019 determina o bloqueio imediato de bens de pessoas e entidades investigadas ou acusadas de terrorismo, conforme sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). O projeto, de autoria do Executivo, busca agilizar o procedimento de bloqueio de bens — desde valores e fundos até serviços, financeiros ou não — e a identificação de empresas e pessoas associadas ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa.

Outro texto na pauta é o PLC 115/2018, que proíbe a exclusão de empresas “adimplentes e de boa-fé” do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). A regra vale mesmo que as parcelas pagas não sejam sufi-



Receita Federal: projeto proíbe exclusão de empresa adimplente do Refis

cientes para amortizar a dívida com a União. Também pode ser analisado pelos senadores projeto que garante estabilidade provisória no emprego para adotantes ou pessoas tenham guarda judicial para adoção. Do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), o PLS 796/2015 — Complementar estende a essas pessoas a estabilidade de cinco meses no emprego, que já é garantida às mães biológicas.

Casamento

Já o PLC 56/2018, da ex-deputada Laura Carneiro, proíbe o casamento de menores de 16 anos em qualquer hipótese. Pelo Código Civil, o casamento é permitido após a maioridade civil (18 anos) ou após os 16

anos, desde que autorizado pelos pais. Para menores de 16 anos, o casamento só é admitido em caso de gravidez ou para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal.

Também estão na pauta a PEC 25/2017, que uniformiza, na Constituição, as menções às pessoas com deficiência, e o PLC 133/2017, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Saúde da Pessoa Diabética. A pauta poderá ser trancada caso sejam lidas em Plenário duas medidas provisórias que chegaram da Câmara. A MP 852/2018 transfere imóveis do INSS para União e a MP 853/2018 amplia o prazo de adesão ao Funpresp.

Comissão pode votar projeto sobre uso de energia renovável

A Comissão de Infraestrutura (CI) pode analisar hoje um projeto que trata da meta de participação de fontes renováveis na matriz energética para 2040.

O relator, Lasier Martins (Pode-RS), defende o substitutivo da Comissão de Meio Ambiente (CMA) ao PLS 712/2015, aprovado em 2016. O novo texto define o objetivo permanente de participação crescente das fontes renováveis (que usam recursos perenes como sol, vento, chuva, marés e energia geotérmica) na oferta interna de energia, com metas que serão detalhadas pelo Plano Nacional de Energia (PNE), mas sem qualquer fixação de percentual em lei federal.

O projeto busca ainda aperfeiçoar a Lei 12.187, de 2009, para que a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) contemple a redução das emissões das energias fósseis (como petróleo e carvão) com o uso de tecnologias de baixo carbono, a introdução competitiva de energias renováveis e a promoção da eficiência energética.

Do ex-senador Cristovam Buarque, o texto original incluía, entre os objetivos da PNMC, o aumento da participação das fontes renováveis na oferta interna de energia para, no mínimo, 60% em

2040, mas a meta foi alterada no relatório do ex-senador Flexa Ribeiro, que analisou o assunto na CMA e ofereceu o texto alternativo apoiado por Lasier Martins.

Planejamento

Em seu relatório, Lasier ressalta que o Brasil assumiu o compromisso com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de diminuir as emissões de gases de efeito estufa em 37%, até 2025, e em 43%, até 2030, tendo 2005 como base. “Considerando as possibilidades em que se situa o planejamento energético do país, nos parece inviável elevar esse percentual já a 60%, como proposto no projeto, pois isso excede a capacidade técnica e tecnológica do país de alcançar essa meta e pode onerar a oferta interna de energia”, observa Lasier.

O senador argumenta ainda que a ampliação da oferta interna de energia segue planejamento elaborado para o setor. O PNE 2030, em vigor, prevê uma participação de 45% de fontes renováveis na oferta interna de energia para 2030. Da mesma forma, o Plano Decenal de Energia 2024, também em vigor, estima ser viável alcançar um percentual de 45% de participação em 2024.

Comissão de Direitos Humanos analisa requerimentos para ouvir Damares e Moro

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) deve votar hoje o convite à ministra dos Direitos Humanos, Família e Mulheres, Damara Alves, para participar de uma audiência pública na quinta-feira.

Segundo o presidente da comissão, senador Paulo

Paim (PT-RS), há uma série de outros requerimentos de convites, audiências e ciclos de debates para serem também votados.

O primeiro item é o requerimento que propõe um ciclo de debates sobre a Previdência e o trabalho.

O segundo é o requerimento de convite à ministra Damara.

Em seguida, a CDH deve analisar requerimentos para realização de audiência pública sobre terceirização e irredutibilidade de salários, ciclo de debates sobre a influência das *fake news* na

sociedade, programa de debates sobre a violência no Brasil e convite ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.

— Desejo que o ministro Moro possa explicar os seus eixos principais de combate ao crime organizado, aos crimes

violentos e à corrupção. Tanto ele como a ministra Damara terão toda a acolhida protocolar de respeito. Queremos debater com toda o respeito as ideias que esses ministros irão defender como as guias de suas atuações no governo — disse Paim.

Deficit da Previdência é uma fraude contábil, afirma Jorge Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou que o deficit da Previdência é uma fraude contábil. Para o senador, as três fontes de receita da Previdência — empregado, empregador e arrecadação tributária de Cofins, CSLL e PIS/Pasep — garantem, juntos, que a seguridade seja superavitária.

— A metodologia de cálculo do governo, que alega deficit, não leva em consideração alguns tributos e também não considera a DRU. É por isso que eles alegam que, em 2017, o rombo chegou a R\$ 292 bilhões.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Tempo de contribuição pode chegar a 49 anos, alerta Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) advertiu que, pela proposta de reforma previdenciária a ser encaminhada pelo Executivo, o trabalhador vai precisar contribuir durante 49 anos para conseguir se aposentar aos 65 anos, no caso dos homens.

— Fala-se em uma idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com contribuição de 40 anos. Não são 40 anos! Sabem quantos são? São 49 anos! Por que 49? Quem começa com 16 se aposenta com 65. Portanto, 16 para 65 são 49 anos.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Para Telmário, reforma deve abranger todos os segmentos do país

Telmário Mota (Pros-RR) criticou a reforma da Previdência. Segundo ele, as regras já foram alteradas seis vezes desde 1988, sempre com foco nos trabalhadores e servidores públicos, mas, até hoje, nenhuma delas solucionou os problemas do país. Para o senador, a reforma deve abranger também as grandes empresas, que juntas devem R\$ 450 bilhões à Previdência. Telmário defendeu ainda a criação de imposto sobre grandes fortunas e a diminuição dos juros dos bancos e dos cartões de crédito.



Genildo Magalhães/Agência Senado

A salvação do Brasil é a educação de qualidade, diz Confúcio

Confúcio Moura (MDB-RO) disse que a salvação do Brasil está no investimento em educação de qualidade. O senador lamentou o desempenho do país neste setor e pediu o esforço de todos para mudar o cenário. Para ele, somente uma revolução na educação fará o Brasil retomar sua produtividade.

— Revolucionário tem que ter discurso para bater. Nós temos que nos insurgir. É a inconfidência brasileira neste momento no sentido de a gente voltar aos eixos a qualidade da educação brasileira.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Randolfe quer convidar Gustavo Bebianno a dar explicações no Senado

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) se disse honrado por ter sido escolhido líder do maior bloco parlamentar da Minoria.

O senador comunicou que hoje vai protocolar requerimento convidando Gustavo Bebianno, exonerado ontem do cargo de ministro da Secretaria-Geral da Presidência, a prestar esclarecimentos sobre o financiamento da campanha de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Randolfe quer discutir também o pacote anticrime apresentado pelo ministro da Justiça, Sergio Moro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ação do Senado a favor das mulheres vai além das leis

Casa criou quatro organismos para tentar reduzir diferença entre gêneros. Regra interna torna obrigatória contratação de terceirizadas que foram vítimas de violência doméstica

Ricardo Westin

O SENADO TEM aprovado uma série de projetos de lei que buscam retirar as mulheres da posição desfavorável que elas historicamente ocupam na sociedade.

No ano passado, viraram lei uma proposta que endurece a punição do homem que comete feminicídio na vigência de uma medida protetiva e outra que transforma em crime a chamada vingança pornográfica, com pena de prisão.

A mudança das leis, contudo, não representa a totalidade das ações do Senado contra a desigualdade de gênero. Uma parte das iniciativas se dá fora do plano mais visível do Plenário e das comissões, em ações institucionais realizadas internamente pela Casa — que, aliás, acabam influenciando o conteúdo da legislação aprovada.

Nos últimos anos, o Senado criou o Observatório da Mulher contra a Violência, a Procuradoria Especial da Mulher, o Programa Pró-Equidade e o Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

Por diferentes vias, esses quatro setores tratam de combater o machismo e fortalecer as mulheres. E a perspectiva é que continuarão a fazê-lo na legislatura iniciada no dia 4, conforme a senadora Rose de Freitas (Pode-ES). A bancada feminina do Senado se reúne hoje com o objetivo de discutir justamente o encaminhamento da pauta das mulheres e o funcionamento da procuradoria e demais instâncias políticas e técnicas ligadas ao tema.

De acordo com Rose, há preocupações mais imediatas, como o preenchimento do cargo de procuradora da Mulher e a programação das atividades do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, incluindo a entrega do Prêmio Bertha Lutz.

Do ponto de vista estrutural, a senadora menciona a intenção de apresentar ao menos

uma proposta de interesse das mulheres às pautas do Plenário e das comissões:

— Numericamente, estamos em desvantagem, pois somos 12 em 81 parlamentares na Casa, mas temos como nos fortalecer e ampliar nossa atuação, também no Congresso Nacional.

O Observatório da Mulher contra a Violência está em funcionamento desde 2016. Sua missão é buscar, reunir, sistematizar e interpretar as estatísticas referentes à violência de gênero, para subsidiar os senadores, tanto na elaboração de projetos, quanto na avaliação de programas do governo.

Cada estado adota uma metodologia própria para contabilizar os casos de feminicídio que chegam às delegacias. O que o Observatório da Mulher faz é tratar os dados das diferentes bases para que eles, padronizados, conversem entre si.

Os números da violência contra a mulher têm origem no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio do Ligue 180, nos tribunais que julgam crimes com base na Lei Maria da Penha e nos serviços médicos, que devem notificar casos de espancamentos e estupros.

O coordenador do observatório, Henrique Marques, explica:

— Para propor medidas efetivas contra a violência de gênero, os senadores precisam ter à mão diagnósticos precisos e detalhados do problema. Se a maior parte das mortes de mulheres ocorre na rua, a medida a ser tomada é uma. Se ocorre dentro de casa, a medida precisa ser outra.

Bancada feminina

Desde 2013, o Senado mantém a Procuradoria Especial da Mulher. Entre as suas atribuições, está munir as parlamentares da bancada feminina das informações necessárias para apresentar projetos de lei.

Muitas dessas informações saem das audiências públicas



Mulheres negras que trabalham na Casa: fotografias fizeram parte de exposição montada na Senado Galeria

da série Pauta Feminina, que a procuradoria organiza mensalmente, com a participação de especialistas. Eles tratam de temas como a gravidez na adolescência e impactos de mudanças previdenciárias.

— O homem tem todos os privilégios na nossa sociedade. Isso é algo tão arraigado que muita gente nem se dá conta de que as necessidades da mulher ficam em segundo plano. É algo que foi construído. Temos que agir para desconstruir essa realidade e colocar homem e mulher numa situação de equilíbrio — afirma a coordenadora da Procuradoria, Rita Polli.

O cargo de procuradora da Mulher pertence a uma senadora. Até janeiro, era ocupado por Vanessa Grazziotin, que, com a mudança da legislatura, deixou o Senado.

É por intermédio da procuradoria também que, todo ano, a bancada feminina indica à Presidência do Senado projetos de lei para votação em ocasiões como o Dia Internacional da Mulher, o aniversário da Lei Maria da Penha (7 de agosto) e a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres (entre novembro e dezembro).

Assédio moral

O Senado se preocupa da mesma maneira com o desequilíbrio entre os gêneros no seu corpo de funcionários (efetivos, comissionados e terceirizados), estagiários e jovens aprendizes. As mulheres representam apenas 30% do pessoal efetivo da Casa, enquanto no país elas somam 51% da população.

Para atuar nessa frente, a o Senado montou o Programa Pró-Equidade e o Comitê pela Promoção da Igualdade de

Gênero e Raça.

Desde 2011, o Pró-Equidade promove campanhas educativas dentro da instituição, de modo a combater o machismo na gestão de pessoal e na cultura organizacional. Entre as ações já realizadas, estão uma cartilha a respeito do assédio moral e sexual e um concurso de vídeos curtos sobre violência de gênero.

— São ações que mudam não só o Senado, mas a sociedade, já que os funcionários levam para suas famílias e suas vidas sociais muito do que aprendem aqui — diz a gestora do Pró-Equidade, Maria Terezinha Nunes.

As ações do Pró-Equidade são chanceladas pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, que avalia e reconhece com um selo os esforços nessa linha tanto no setor público quanto no privado.

Uma das ações de pessoal que mais tiveram repercussão começou em 2017, quando o Senado criou uma regra obrigando as empresas que lhe prestam serviços terceirizados a reservar pelo menos 2% das vagas para mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica após sofrerem violência doméstica. Graças à cota, 21 delas trabalham hoje na Casa.

— Com um salário, além de retomar a autoestima, elas podem sustentar a si e aos filhos e não voltar para o companheiro agressor — diz a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

O Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça organiza cursos, debates e eventos destinados aos funcionários do Senado.

— A transformação não vai ocorrer por si só. O que o Senado faz é fomentar as dis-

cussões, que, por sua vez, vão abrir caminho para a mudança da consciência e do comportamento — explica a presidente do Comitê pela Promoção da Igualdade, Roberta Viegas.

Inspiração

As ações do Senado têm servido de modelo. O comitê inspirou a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) a criar um departamento semelhante.

O Observatório da Mulher contra a Violência está ajudando a prefeitura de Teresina a montar o seu observatório, de modo a permitir a criação de políticas municipais mais eficazes contra a violência de gênero.

Segundo a primeira mulher a presidir a Comissão de Constituição e Justiça, senadora Simone Tebet (MDB-MS), o Senado acerta ao dar prioridade tanto legislativa quanto institucional à questão de gênero:

— São séculos de opressão que começamos a enfrentar há pouco tempo. Apesar do avanço das mulheres no mercado de trabalho e no grau de escolaridade, por exemplo, ainda falta muito. Infelizmente, todos os ambientes no Brasil, seja no setor público, seja no privado, têm resquícios da cultura machista. Ainda vamos ter que lutar muito por novas conquistas. Não podemos relaxar — afirmou.

Saiba Mais

Conheça os setores do Senado que atuam na questão de gênero:

- <http://bit.ly/ObservatorioDaMulher>
- <http://bit.ly/ProcuradoriaDaMulher>
- <http://bit.ly/Pro-Equidade>
- <http://bit.ly/Comitelgualdade>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Parlamentares da bancada feminina: a atual legislatura tem 12 senadoras

Jefferson Rudy/Agência Senado

Fotos: João Rêis

Pillar Pereira/Agência Senado